

A PREDOMINÂNCIA DO INGLÊS NOS EXAMES DE PROFICIÊNCIA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO TOCANTINS, PARÁ E AMAPÁ**THE PREDOMINANCE OF ENGLISH IN PROFICIENCY EXAMS: A STUDY OF THE GRADUATE PROGRAMS OF TOCANTINS, PARÁ, AND AMAPÁ** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-053>**Louise Bassani**

Graduada em Letras Inglês
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
E-mail: louhbassani@gmail.com

Tadinei Jacumasso

Doutor em Letras
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
E-mail: tadinei@unicentro.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar os lugares que ocupam as línguas estrangeiras nos exames de proficiência dos programas de pós-graduação tocantinenses, paraenses e amapaenses avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de Linguística e Literatura. A metodologia utilizada constituiu-se na busca de documentos que apresentam os dados acerca dos exames de proficiência em línguas estrangeiras. A Plataforma Sucupira foi utilizada nessa busca para chegar às universidades que ofertam cursos de pós-graduação na área citada anteriormente. A base teórica que sustenta esta pesquisa está vinculada aos estudos sobre Políticas Linguísticas, especialmente no que tange ao *status* das línguas. Foram investigados sete programas de pós-graduação entre 2021 e 2022 contemplando todos que estavam em andamento. Os resultados revelam um lugar de destaque para a Língua Inglesa com relação às demais línguas, pois todos aceitam essa língua e em alguns ela é a única opção.

Palavras-chave: Sociolinguística; Políticas linguísticas; Proficiência.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the place occupied by foreign languages in the proficiency exams of graduate programs in the states of Tocantins, Pará, and Amapá, evaluated by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in the field of Linguistics and Literature. The methodology consisted of collecting documents that provide data on foreign-language proficiency exams. The Sucupira Platform was used in this search to identify the universities that offer graduate programs in the aforementioned area. The theoretical framework that supports this research is linked to studies on Language Policy, particularly regarding the status of languages. Seven graduate programs were examined between 2021 and 2022, covering all programs active during this period. The results reveal a prominent position for the English language compared to other languages, as all programs accept English and, in some cases, it is the only option.

Keywords: Sociolinguistics; Language policies; Proficiency.



1 INTRODUÇÃO

Após a conclusão do curso de graduação, os estudantes podem optar por dar continuidade à sua formação acadêmica por meio de programas de pós-graduação oferecidos pelas próprias universidades em que se formaram ou por outras instituições de ensino superior. Existem dois tipos de pós-graduação: *lato sensu* e *stricto sensu*. O *lato sensu* corresponde aos cursos de especialização na área de formação, ao final dos quais o estudante obtém um certificado e recebe o título de especialista. Já o *stricto sensu* abrange os programas de mestrado e doutorado.

Todos os sete programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES na área de Linguística e Literatura localizados nos estados do Tocantins, Pará e Amapá constituem o objeto de investigação desta pesquisa, especificamente no que se refere aos lugares ocupados pelas línguas estrangeiras nos exames de proficiência.

Uma das etapas necessárias para a conclusão de um curso de pós-graduação *stricto sensu* é a realização do exame de proficiência em língua estrangeira. A forma de aplicação desse exame varia conforme a instituição. Algumas universidades o aplicam já no processo seletivo; outras o realizam durante o curso, antes da defesa da tese (no doutorado) ou da dissertação (no mestrado). Em certos programas, exige-se que o mestrando ou doutorando comprove sua proficiência até o segundo ano ou até a conclusão do curso. De modo geral, solicita-se a proficiência em uma língua estrangeira no caso do mestrado e em duas línguas no caso do doutorado. Além disso, o tipo de proficiência exigida também varia: enquanto algumas instituições requerem apenas a habilidade de leitura, outras podem exigir competências de leitura, escrita e, em alguns casos, oralidade.

Diante desse cenário, o objetivo central desta pesquisa é investigar os lugares que as línguas estrangeiras ocupam nos exames de proficiência dos programas de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Linguística e Literatura nos estados do Tocantins, Pará e Amapá. Este estudo foi desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022 e integra um projeto mais amplo que tem mapeado todos os estados brasileiros no que diz respeito aos lugares das línguas na pós-graduação.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a obtenção das informações necessárias desenvolveu-se em três etapas. A primeira consistiu em realizar buscas na Plataforma Sucupira, da CAPES, com o objetivo de identificar quais universidades ofertam programas de pós-graduação *stricto sensu* nos estados do Tocantins, Pará e Amapá.

Na segunda etapa, foram acessadas as páginas institucionais dessas universidades para localizar documentos que tratam especificamente dos exames de proficiência em línguas estrangeiras. Essas



informações encontram-se, em geral, nos editais de seleção de alunos e nos regulamentos internos dos programas de pós-graduação.

Por fim, a terceira etapa envolveu a seleção desses documentos e a identificação das línguas exigidas ou aceitas nos exames de proficiência. Os dados obtidos estão sistematizados no Quadro 1, apresentado a seguir.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No estado do Tocantins, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) é a única instituição que oferta cursos de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Linguística e Literatura. Situação semelhante ocorre no estado do Amapá, onde apenas a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) disponibiliza programas nessa área. Já no estado do Pará, há maior diversidade institucional, com quatro universidades que mantêm programas de pós-graduação: a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

No Quadro 1, apresentamos os dados coletados nos sites institucionais e/ou editais dos programas de pós-graduação ofertados nos estados do Tocantins, Pará e Amapá. A primeira coluna indica a sigla de cada estado; a segunda apresenta as siglas das universidades que ofertam os programas; a terceira descreve os cursos e seus respectivos níveis (mestrado e/ou doutorado); e a quarta coluna, que constitui o foco central da análise, reúne as línguas estrangeiras exigidas e/ou aceitas para a comprovação de proficiência em cada um dos programas.

Quadro 1 – Dados dos programas de pós-graduação tocantinenses, paraenses e amapaenses em relação às línguas estrangeiras aceitas e/ou exigidas para comprovação da proficiência.

ESTADO	UNIVERSIDADE	NOME DO PROGRAMA	LÍNGUAS EXIGIDAS OU ACEITAS
TO	UFT	Letras (Mestrado)	Inglês, espanhol e francês
		Letras: Ensino de Língua e Literatura (Doutorado)	Inglês, espanhol, francês e alemão
PA	UEPA	Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas (Mestrado e Doutorado)	Inglês, espanhol e francês
			Exige-se proficiência em duas línguas estrangeiras, uma delas deve ser, obrigatoriamente, o inglês
	UNIFESSPA	Letras (Mestrado)	Inglês, espanhol e francês
	UFOPA	Letras (Mestrado)	Inglês e espanhol, porém, admite outras línguas de circulação mundial e produção acadêmica
	UFPA	Letras: Linguística e Teoria Literária (Mestrado e Doutorado)	Inglês, espanhol, francês e alemão
			Inglês (obrigatório), mais uma língua estrangeira entre: espanhol, francês e alemão
AP	UNIFAP	Letras (Mestrado)	Inglês e francês

Fonte: Autoria própria



Antes de analisarmos os resultados coletados e apresentados no Quadro 1, é importante compreender o que são políticas linguísticas e como elas se constituem. Segundo Calvet (2007), políticas linguísticas correspondem às decisões tomadas em relação às línguas em uma sociedade. À medida que surgem novas demandas de uso, novas políticas são formuladas para garantir o funcionamento adequado da linguagem em diferentes contextos. Essas políticas podem ocorrer em múltiplos níveis — mundial, nacional, estadual ou municipal — e, conforme o autor, se organizam em dois tipos principais de planejamento: **de corpus** e **de status**.

O **planejamento de corpus** refere-se a intervenções na materialidade da língua, como alterações gramaticais e ortográficas, produção de gramáticas e dicionários, entre outros aspectos. Já o **planejamento de status** trata da atribuição de funções e valores às línguas, o que implica definir seus usos sociais, institucionais e simbólicos. Exemplos de políticas de status incluem a cooficialização de línguas minoritárias ou a escolha de determinados idiomas como línguas de trabalho de instituições. No contexto desta pesquisa, os exames de proficiência podem ser entendidos como instrumentos de política linguística que contribuem para construir e consolidar o status de determinadas línguas no interior da pós-graduação brasileira.

Ao analisarmos a quarta coluna do Quadro 1, observamos que o inglês é a única língua presente em todos os programas de pós-graduação estudados. Em alguns casos, como na UEPA e na UFPA, sua exigência é obrigatória. Essa centralidade do inglês decorre de diversos fatores históricos, políticos e sociais que moldaram o cenário linguístico brasileiro ao longo dos séculos. Um marco inicial pode ser identificado em 1809, quando Dom João VI decretou a obrigatoriedade do ensino das línguas inglesa e francesa, como estratégia para estreitar relações comerciais com Inglaterra e França. Em tempos mais recentes, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, reforça esse lugar privilegiado ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de inglês no currículo do ensino médio:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2017).

Outro fator relevante é a intensificação da globalização. O avanço dos meios de comunicação e transporte promoveu um mundo cada vez mais interconectado, o que exigiu o uso de uma língua franca — isto é, uma língua comum entre falantes de diferentes línguas maternas. Embora o mandarim/chinês seja o idioma com maior número de falantes no mundo, sua difusão é restrita principalmente aos falantes nativos. Já o inglês se expandiu inicialmente com a Revolução Industrial e, posteriormente, fortaleceu sua hegemonia após a Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos assumindo posição de destaque econômico e geopolítico.



A partir desse processo histórico, o inglês consolidou-se como língua internacional, ocupando lugar central no Campo da Ciência e da Educação Superior (CES). A visibilidade e o valor simbólico atribuídos a esse idioma no meio acadêmico são, como argumenta Shohamy (2006), fruto de políticas linguísticas declaradas e ocultas, explícitas e implícitas. Para Hamel (2013), a hegemonia do inglês produz impactos significativos sobre o conhecimento científico e sobre outras línguas, especialmente as consideradas periféricas. O autor destaca três consequências principais:

1. A redução da diversidade a uma só língua na produção de modelos, temas e estratégias de investigação levaria, desde uma perspectiva ecológica, a um empobrecimento arriscado do próprio desenvolvimento científico, especialmente nas ciências sociais e humanas.
2. A imposição total do inglês reforçaria ainda mais as assimetrias já existentes, tanto nas condições de acesso à ciência internacional como na produção e circulação da ciência e tecnologia próprias. Se levarmos em conta o valor da ciência como meio de produção, prejudicaria a médio e longo prazo o desenvolvimento da própria economia dos países que abandonam esses espaços.
3. Como consequência da crescente hegemonia do inglês, a academia e os profissionais anglo-saxões se tornam cada vez mais monolíngues na sua competência linguística real, mas ainda mais na prática de seus membros que já não levam em conta o que se trabalha e publica em outras línguas (Hamel, p.325, 2013).¹

Com base nesse terceiro ponto, Crystal (2003) apresenta hipóteses importantes sobre os riscos de um idioma global dominante:

Talvez, aqueles que tenham esse idioma a sua disposição - especialmente aqueles que o têm como língua materna - serão mais capazes de pensar e trabalhar com ele mais rapidamente, e manipulá-lo para sua própria vantagem à custa daqueles que não o tem, mantendo assim, em um disfarce linguístico, o abismo entre os pobres e os ricos. Talvez a presença de um idioma global tornará as pessoas mais preguiçosas para aprenderem outras línguas ou, então, reduzir as oportunidades para assim fazê-lo. Talvez um idioma global irá apressar o desaparecimento de línguas minoritárias, ou - a ameaça final - torne todos os outros idiomas desnecessários. (Crystal, p. 15, 2003).²

Embora pessimistas, essas hipóteses encontram respaldo em evidências contemporâneas. Uma reportagem da revista *Forbes*, por exemplo, aponta a redução da oferta de ensino de línguas estrangeiras nos Estados Unidos:

¹ 1. La reducción de la diversidad a una sola lengua en la producción de modelos, temas y estrategias de investigación llevaría, desde una perspectiva ecológica, a un empobrecimiento riesgoso del desarrollo científico mismo, especialmente en las ciencias sociales y humanas. 2. La imposición total del inglés reforzaría aún más las asimetrías ya existentes, tanto en las condiciones de acceso a la ciencia internacional como en la producción y circulación de la ciencia y tecnología propias. Si tomamos en cuenta el valor de la ciencia como medio de producción, dañaría a mediano y largo plazo el desarrollo de la economía misma de los países que abandonan estos espacios. 3. Como consecuencia de la creciente hegemonía del inglés, la academia y los profesionales anglosajones se han tornado cada vez más monolíngües en su competencia lingüística real, pero más aún en la práctica de sus miembros que ya no toman en cuenta lo que se trabaja y publica en otras lenguas. (HAMEL, p. 325, 2013).

² Perhaps those who have such a language at their disposal - and especially those who have it as a mother-tongue - will be more able to think and work quickly in it, and to manipulate it to their own advantage at the expense of those who do not have it, thus maintaining in a linguistic guise the chasm between rich and poor. Perhaps the presence of a global language will make people lazy about learning other languages, or reduce their opportunities to do so. Perhaps a global language will hasten the disappearance of minority languages, or - the ultimate threat - make all other languages unnecessary. (Crystal, p. 15, 2003).



- A porcentagem de escolas primárias, públicas e privadas, oferecendo aulas de línguas estrangeiras diminuiu de 31% para 25% de 1997 à 2008. As aulas em escolas públicas caíram de 24% a 15%, onde os distritos rurais são os mais afetados.
- A porcentagem de escolas de ensino fundamental que oferecem aula de língua estrangeira decaiu de 75% para 58%.
- A porcentagem de escolas de ensino médio que oferecem aulas de língua estrangeira permaneceu a mesma, por volta de 91%.
- Cerca de 25% de escolas primárias e 30% de escolas de ensino fundamental alegam falta de professores qualificados ao ensino de língua estrangeira. (Skorton; Altschuler, 2012).³

Esses dados mostram que o predomínio do inglês não prejudica apenas falantes de outras línguas, mas também a própria população anglófona, que perde acesso ao multilinguismo e às possibilidades de expansão cognitiva, cultural e científica.

No caso dos programas analisados, espanhol, francês e alemão aparecem em segundo plano como opções adicionais de proficiência, ainda que também sejam línguas de circulação internacional. A UNIFAP, por exemplo, aceita apenas inglês e francês, sendo a única instituição com apenas duas opções. A ausência do espanhol é particularmente significativa, considerando a posição geográfica do Brasil, sua integração pelo Mercosul e a proximidade linguística com o português. A aprovação da Lei nº 13.415/2017 contribuiu ainda mais para a desvalorização do espanhol, já que sua oferta passou de obrigatória (Lei nº 11.161/2005) a opcional.

Esse cenário configura uma política linguística de longo prazo que afeta diretamente a busca pelo aprendizado de espanhol fora da escola. Ao mesmo tempo, impacta o multilinguismo dentro e fora das salas de aula, pois grupos minoritários — como indígenas e refugiados — enfrentam dificuldades adicionais para acessar o sistema educacional se não dominarem o idioma hegemônico.

Cabe lembrar que o Brasil não é um país monolíngue: diversas línguas são cooficiais em municípios brasileiros, como Nheengatu, Tukano e Baniwa, cooficializadas em São Gabriel da Cachoeira (AM) em 2002. Tais políticas são importantes para preservar identidades e práticas culturais que correm risco diante do desuso das línguas.

Diante do exposto, compreendemos que há necessidade de ampliar o destaque concedido às demais línguas nos programas de pós-graduação, favorecendo tanto o acesso democrático quanto a circulação do conhecimento científico em múltiplos idiomas. Outros estudos relacionados a este projeto amplo têm identificado padrão semelhante de privilégio da língua inglesa nos exames de proficiência em diferentes regiões do país.

³ The percentage of public and private elementary schools offering foreign language instructions decreased from 31 to 25 percent from 1997 to 2008. Instruction in public elementary schools dropped from 24 percent to 15 percent, with rural districts hit the hardest. -The percentage of all middle schools offering foreign language instruction decreased from 75 to 58 percent. -The percentage of high schools offering some foreign language remained about the same, at 91 percent. -About 25 percent of elementary schools and 30 percent of middle schools report a shortage of qualified language teachers. (Skorton; Altschuler, 2012).

Por fim, cabe mencionar que a pandemia iniciada em 2020 trouxe mudanças culturais que podem, futuramente, alterar o cenário linguístico brasileiro. O aumento do consumo de animes, mangás, webtoons, K-pop e J-pop estimulou o interesse do público jovem por línguas asiáticas, especialmente japonês e coreano. Caso essa tendência se consolide, é possível que novas demandas linguísticas surjam no campo acadêmico nos próximos anos.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os lugares ocupados pelas línguas estrangeiras nos exames de proficiência dos programas de pós-graduação dos estados do Tocantins, Pará e Amapá, todos avaliados pela CAPES na área de Linguística e Literatura. Os dados coletados e discutidos permitem observar, com clareza, que a centralidade da língua inglesa se mantém como marca estrutural das políticas linguísticas implícitas que regem a pós-graduação brasileira. Embora alguns programas mencionem outras línguas – especialmente o espanhol, o francês e, em casos mais pontuais, o alemão – o inglês emerge como requisito universal, e, em certas instituições, como condição obrigatória e exclusiva.

Esse cenário revela que a distribuição das línguas na pós-graduação não é um fenômeno neutro, mas resultado de processos históricos, geopolíticos e institucionais que consolidam a hegemonia do inglês no campo acadêmico. Como discutem Calvet (2007), Shohamy (2006) e Hamel (2013), decisões linguísticas – explícitas ou implícitas – têm efeitos diretos na produção, circulação e legitimidade do conhecimento científico. Assim, quando os programas de pós-graduação adotam prioritariamente o inglês como língua de proficiência, reforçam um modelo de ciência alinhado aos centros hegemônicos de produção de saber, restringindo o multilinguismo e reduzindo a presença de outras línguas que historicamente compõem a realidade sociolinguística brasileira.

Além disso, a marginalização do espanhol em grande parte dos programas analisados chama atenção, sobretudo considerando a posição geopolítica do Brasil no contexto latino-americano e sua proximidade linguística com os países do Mercosul. A ausência ou baixa aceitação do espanhol nos exames de proficiência revela não apenas uma escolha institucional, mas também um apagamento simbólico das relações regionais e das possibilidades de circulação do conhecimento em âmbito sul-americano. Tal invisibilização contribui para a manutenção de hierarquias linguísticas que favorecem o eixo Norte global, em detrimento da integração acadêmica continental e da produção de saberes situados.

Os resultados também sugerem que a atual configuração linguística dos programas de pós-graduação do norte do país tende a manter e reproduzir desigualdades, na medida em que impõe barreiras adicionais a estudantes que não tiveram acesso equitativo ao ensino de línguas internacionais durante sua trajetória educacional. Isto significa que os critérios de proficiência, quando não acompanhados de políticas



institucionais de formação linguística, podem limitar o ingresso e a permanência de estudantes de grupos historicamente marginalizados, afastando a pós-graduação dos princípios de democratização e inclusão.

Diante disso, é urgente repensar a política linguística que orienta os exames de proficiência dos programas de pós-graduação. Sugerimos que os programas de pós-graduação ampliem o repertório de línguas aceitas, fortalecendo o lugar do espanhol e criando espaço para outras línguas relevantes em contextos locais e regionais – como línguas indígenas, línguas de fronteira e línguas asiáticas cuja busca se intensificou nos últimos anos. Essa ampliação não apenas democratiza o acesso, mas contribui para a pluralidade epistemológica necessária à produção científica contemporânea.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise em outras regiões do país, de modo a oferecer um panorama nacional da política linguística dos exames de proficiência. Estudos comparativos entre áreas do conhecimento também podem revelar como diferentes campos científicos operam hierarquias linguísticas distintas. Compreender esse cenário é fundamental para formular políticas mais inclusivas e coerentes com a diversidade linguística e cultural do Brasil e da América Latina. Reconhecer e valorizar essa diversidade é um passo decisivo para a construção de uma pós-graduação menos assimétrica, mais plural e afinada com projetos de ciência comprometidos com justiça linguística e epistêmica.



REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial/Ipol, 2007.

CRYSTAL, D. *English as a global language*. 2. ed. Reino Unido: Cambridge Press, 2003.

COMO reconhecer os dialetos chineses mais falados? Superprof, 2019. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/blog/dialetos-chineses/#:~:text=A%201%C3%ADngua%20chinesa%20tem%20cerca,n%C3%A3o%20seja%20a%20mais%20difundida>. Acesso em: 26 out. 2022.

HAMEL, R. H. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina. *Trab. ling. aplic.*, Campinas, n. 52, v. 2, p. 321-384, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/bqZHMrgdLJwZSmn7QChQSxK/?lang=es>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, E. S. de S. e. O ensino da língua inglesa no Brasil. *BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras*. n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/babel/article/view/99/166>. Acesso em: 25 out. 2022.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.

SKORTON, D.; ALTSCHULER, G. America's foreign language deficit. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/collegeprose/2012/08/27/americas-foreign-language-deficit/?sh=33853bcf4ddc>. Acesso em: 25 out. 2022.